

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Justiça tributária no contexto de uma democracia

Professora: Natercia Sampaio Siqueira (nsiqueira@unifor.br)

Créditos: 03 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: nsiqueira@unifor.com.br

2. SÍNTESE DE IDENTIFICAÇÃO

Mestre em direito tributário pela UFMG. Doutora em Direito Constitucional pela UNIFOR. Pós-doutorado em direito econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professora da Pós-Graduação — Mestrado e Doutorado — em Direito Constitucional pela UNIFOR. Pesquisas nas áreas Teoria da Justiça e Justiça tributária. Procuradora da Fazenda Pública do Município de Fortaleza.

3. OBJETIVO

A disciplina tem como objetivo analisar criticamente os fundamentos teóricos e constitucionais da justiça tributária, com ênfase na equanimidade entre pessoas como princípio orientador da tributação em sociedades democráticas. Busca-se delimitar a estrutura básica dos regimes tributários de forma a se realizar a justa distribuição do custo do Estado por entre os participantes de uma sociedade democrática, mediante a observância dos seus condicionamentos: dignidade, justiça social, igualdade de liberdade e sustentabilidade.

4. EMENTA

4.1 O lugar da justiça tributária. 4.2 Estado fiscal. 4.3 As razões de tributar: capacidade contributiva e equivalência. 4.4. Finalidades tributárias: Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. 4.5 Neutralidade e mercado. 4.6 Tributo e civismo: dever fundamental de custear o Estado. 4.6 Hermenêutica tributária: sincretismo metodológico. 4.7 Axiologia tributária: entre justiça e eficiência. 4.8 Governança tributária algorítmica: a reserva do humano, publicidade e empatia.

5. PROGRAMA

	CONTEÚDO DAS AULAS	DATA
1	Apresentação da disciplina, do prof. e do conteúdo. O Lugar da Justiça Tributária.	
2	Modelos de regimes econômicos: mercantilismo, estado patrimonial, estado tributário, estado fiscal liberal burguês, estado fiscal democrático de direito.	
3	Estado Fiscal: fiscalidade, imposto e capacidade contributiva.	
4	As razões da tributação: entre capacidade contributiva, equivalência, extrafiscalidade e parafiscalidade.	
5	Tributo como dever fundamental.	
6	Capacidade contributiva e justiça tributária	
7	Axiologia democrática dos mercados e neutralidade	
8	Pessoa, autenticidade, identidades e tributação	
9	Os paradoxos principiológicos após à EC. 132	
10	Novos rumos hermenêuticos ao direito tributário.	
11	Federalismo de autonomias x federalismo de cooperação	
12	Política tributária, tecnocracia e administração algorítmica: a reserva do humano e a justiça fazendária administrativa	
13	Controle de eficiência, eficácia e efetividade da política tributária	
14	Questões de justiça tributária no STF	
15	Propostas para se promover a justiça tributária	

6. METODOLOGIA:

A cada aula um aluno se responsabilizará por apresentar o texto referente ao tema do dia, dispondo de 30 a 45 minutos para a apresentação. Em seguida, será avaliada a apresentação, ao tempo em que se farão comentários sobre o tema e o texto. Posteriormente, será franqueada a palavra aos alunos e fomentado o debate.

7. AVALIAÇÃO

7.1. Artigo (8 pontos)

O artigo consiste na redação de texto que deve ter entre 15 e 25 páginas e ser inédito e obedecer às regras da ABNT

Deve incluir, no mínimo, 10 referências de obras de doutrina.

Recomenda-se não fundamentar o trabalho em manuais de Direito, jornais, blogs ou qualquer outra fonte não científica ou não correspondente ao nível da pós-graduação stricto sensu.

Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail nsiqueira@unifor.br, com cópia para naterciasiqueira@yahoo.com.br, no formato PDF

O prazo de entrega é até uma semana após a sua apresentação na sala de aula

7.2 Critérios de avaliação

a) Tema diretamente relacionado à disciplina;

b) Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação stricto sensu;

c) Citação de no mínimo 10 textos de doutrina (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação (manuais, cursos etc.) ou não científicos (notícias, textos publicados em blogs ou em revistas não científicas etc.);

d) Obediência às regras da ABNT.

7.3 Frequência obrigatória 75%

O aluno pode faltar no máximo 3 aulas

9. BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BATISTA Júnior, Onofre Alves; DERZI, Misabel Machado; SCAFF, Fernando Facury; TORRES, Heleno Taveira. **Populismo e o Estado Democrático de direito**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023

BATISTA Júnior, Onofre Alves; DERZI, Misabel Machado; SCAFF, Fernando Facury; TORRES, Heleno Taveira. **Reforma tributária do consumo no Brasil**. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2024.

BROWN, Dorothy A. **The whiteness of wealth**; how the tax system impoverishes black americans — and how we can fix it. New York: Crown, 2021.

DERZI, Misabel. **Direito tributário, direito penal e tipo**. 4a ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

DWORKIN, Ronald. **A virtude Soberana**; a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões. 2a edição. Martins Fontes: São Paulo, 2011.

DWORKIN, Ronald, **Justice for Hedhogs**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. Tradução: Luís Carlos Borges. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

FRASER, Nancy. **Cannibal Capitalism**: how our system is Devouring democracy, care and panet — and what we cando. Londin; NY: Verso, 2022.

FRASER, Nancy;Axel Honneth, Alex.Trad. Joel Goly. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical Exchange.

INNERARITY, Daniel. **A liberdade democrática**. Lisboa: Relógio D'água, 2024.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres**; o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras: 2023.

MOSCHETTI, Francesco. Profili generali. In: MOSCHETI, Francesco (Org.). *La capacità contributiva*. Padova: Cedam, 1993, p. 3-51.

NABAIS; José Cassalta. **O dever fundamental de pagar imposto**. Coimbra: almedina, 2020.

PIKETTY, Thomas. **Natureza, cultura y desigualdades**; Uma perspectiva comparada e histórica. Trad. Daniel Fuentes Castro. Barcelona: Editorial Anagrama 2023.

Ranchordas, Sofia, The Invisible Citizen in the Digital State: Administrative Law Meets Digital Constitutionalism (December 24, 2023). In De Poorter, J.; Oirsouw, C.; van der Schyff, G.(eds), **European Yearbook of Constitutional Law (Forthcoming)**, Tilburg Law School Research Paper, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4674932> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4674932>

RAWLS, John. **A theory of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

RAWLS, John. **Justiça e democracia**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

ROSEMBLATT, Paulo. **Normas Gerais antielisivas**; planejamento tributário e padrões comparativos de política fiscal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

SILVA, José Diego Martins de Oliveira e; SIQUEIRA, Natercia Sampaio (Orgs).
Perspectivas e desafios à justiça fiscal no contexto da economia digital.. Curitiba:
CRV, 2024.

SANTOS; Antônio Carlos dos. **Auxílios do estado e fiscalidade.** Coimbra: Almedina,
2003.

VALDERRAMA, Irma Johana Mosquera. Tax incentives: from an investment, tax and
sustainable development perspective. In J. Chaise el al. (eds.) Singapura: Springer, 2020
Handbook of international investment law and policy, disponível em [Tax Incentives:
From an Investment, Tax, and Sustainable Development Perspective | Scholarly
Publications \(universiteitleiden.nl\)](#).

VASQUES, Sérgio. **O Princípio da equivalência como critério da igualdade tributária.**
Coimbra:

